



**OUTROS MODOS
DE NARRAR O MUNDO**
23 A 26 | MAIO | 2022

Promoção:



Programa de Pós-graduação
em Educação ULBRA



Programa de Pós-graduação
em Educação UFRGS

MEDIAÇÃO CULTURAL E PANDEMIA: TENSÕES NEOLIBERAIS

Larissa Fauri/ PPGEDU-UFRGS - larissa.fauri@gmail.com¹

Luciana Gruppelli Loponte / PPGEDU-UFRGS – luciana.loponete@ufrgs.br²

A mediação é uma forma de narrar o mundo - é uma arena pública de disputa de narrativas (MORSCH, 2016), um espaço político das relações entre arte, patrimônio cultural, sociedade (HONORATO, 2015). Em um espaço onde os poderes não estão dados da mesma maneira para todos, e nesse espaço de divergência, colocam em jogo diferentes formas de criar e produzir conhecimentos valorizando os saberes, “de modo a alterar as regras do jogo social” (HONORATO, 2015, p. 207). A partir desta perspectiva, a mediação leva em consideração a necessidade de assumir outras epistemologias, temporalidades e espaços (MONTERO, 2016), questionar a maneira como pensamos os binários humanidade/natureza, insurgir a partir de outras formas de pensar o mundo, outra racionalidade, trabalhar com outros jogos simbólicos que não apenas tornem visíveis as normas que organizam o museu, mas visam criar outras narrativas que considerem outros mundos possíveis.

A mediação cultural é um campo de atuação de profissionais advindas de diversas áreas, e se localiza dentro dos estudos de educação em museus. A educação em museus de arte está presente em diferentes formatos e propostas, correspondendo aos mais plurais projetos de sociedade. Funcionando a partir de programas permanentes ou temporários, são responsáveis pelo planejamento e execução de ações educativas das instituições em que estão vinculadas, funcionando, na maioria dos casos, como um departamento de trabalho. Mediadores são importantes profissionais no diálogo com o público, seja realizando visitas mediadas para escolas, público espontâneo, oficinas, entre outros. Os mediadores a eles vinculados pertencem, em geral, às diferentes áreas do conhecimento, não restringindo-se aos profissionais nas áreas

¹ Larissa Fauri é mestranda em educação pelo PPGEDU UFRGS. Natural de Porto Alegre, trabalha e pesquisa mediação cultural em arte.

² Luciana Gruppelli Loponte é doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da UFRGS. Líder do ARTEVERSA - Grupo de estudo e pesquisa em arte e docência (UFRGS).

de educação ou artes. Advindos dos cursos de graduação ou ainda em formação, possuem regimes de trabalho de estágio, contratos temporários, prestadores de serviço (MEI) e via regime CLT indeterminado e determinado (quando CLT, a maioria é por tempo determinado) (SILVA, 2017, p. 140).

De acordo com a UNESCO, o ano de 2020 registra o maior fechamento de museus da história, com 90% dos museus de portas fechadas (UNESCO, 2020). No Brasil, o caso não segue diferente, colocando as instituições frente a uma mudança de postura quanto ao seu compromisso social com o campo. A produção de conteúdo no ambiente digital e atividades direcionadas para a pandemia passou a ser a corrida do momento e nas costas dela, o aprofundamento da precarização do trabalho e processos de demissões em massa dos funcionários.

A fim de investigar as transformações da mediação cultural durante a pandemia, parte de uma dissertação de mestrado em andamento, utilizamos o material produzido a partir de encontros com um grupo focal realizado entre setembro de 2021 e fevereiro de 2022, executados pelas autoras deste artigo. O grupo focal contou com dois encontros online através da plataforma Google Meet, com quatro mediadores das regiões sul e sudeste do país. Os encontros foram previamente agendados, com participação livre e esclarecida. O recurso de inscrição aos participantes era um formulário do Google Forms no qual solicitava informações sobre o perfil das interessadas e sobre sua atuação em mediação. O grupo focal é entendido como uma pequena amostra de experiências no trabalho em mediação durante a pandemia, nunca buscando construir um discurso único e total do que está sendo mediar durante a pandemia, tendo em vista o pequeno e específico recorte da pesquisa com o grupo focal.

A metodologia utilizada no grupo focal foram de exercícios de mediação, baseada na perspectiva de uma metodologia baseada em arte (LOPONTE, 2013). Para cada encontro havia um conjunto de práticas-convite, compostos por exemplo, com convites como “escreva/desenhe um movimento que seu corpo realizou em mediação cultural em 2020”. Buscamos, através destes exercícios, compreender as formas e forças que atravessaram as mediadoras durante o período de 2020 de maneira poética, concebendo as linguagens do desenho, escrita e oralidade permeadas por múltiplos sentidos. Os relatos produzidos na pesquisa do grupo focal estão presentes ao longo deste texto, dialogando com as problematizações tecidas.

Museus em pandemia e o trabalho em mediação cultural

No Brasil, os museus registraram no período de março a junho de 2020 demissões que se estendem de norte a sul, chegando ao menos a 35 instituições brasileiras, segundo dados da Rede de Educadores de Museus - REM. Registrados pela imprensa, estão: Museu Cais do Sertão (Recife), Museu Afro Brasil, MASP, Sesi-SP (São Paulo); Inhotim (Brumadinho); MAM (Rio de Janeiro). No MASP, foram 21 funcionários demitidos (BALBI, 2020). No Sesi-SP, 60. No Rio de Janeiro, o prefeito Marcelo Crivella suspendeu o contrato com as prestadoras de serviço de execução (mão de obra) da área da cultura, forçando o desligamento de mais de 60 pessoas. Entre estes: Centro de Arte Hélio Oiticica, Centro Cultural Sérgio Porto, CCBB, Museu Histórico da Cidade e o Centro Oceanográfico. No cenário de Porto Alegre, em 2020, a Fundação Iberê³ rescindiu o contrato de 20 profissionais somente do Programa Educativo, sem considerar demissões de outros setores como zeladoria, orientadores de espaços e administrativo. É neste momento, que é necessário lembrar da frágil posição que os Educativos ocupam dentro das instituições de arte de como a crise é utilizada como justificativa para o aprofundamento de determinadas medidas, como afirma Simões (2020):

“pode se afirmar que diante dos inúmeros cortes institucionais durante a pandemia e mesmo antes, esses costumam ser os setores mais fragilizados, com contínuos cortes de pessoal e conseqüente descontinuidade de ações que, como toda a dimensão educativa, só se forjam ao longo do tempo” (SIMÕES, 2020, p. 63)

As atualizações do trabalho no mundo contemporâneo geram novas formas de medir e verificar o que se considera como produtos do trabalho, já que o trabalho imaterial - presente no trabalho em educação- não pode ser medido ou dimensionado da mesma maneira que àqueles ligados a um produto. A imaterialidade dos quais os museus e as instituições culturais fazem parte - ainda que em sua maioria tenham como centro o objeto de arte, bastante material- impõem uma cultura de informalidade para o campo, autorizando a dissociação do trabalho com o fazer educativo.

³ Estes dados são relativos ao tempo de 2020, onde atuei como coordenadora do Programa Educativo da instituição, cujas demissões estão diretamente relacionadas ao fenômeno da pandemia. Não contemplo os anos de 2021 e 2022. Dentro dos 20 profissionais que perderam o vínculo estão inclusos mediadores, assistentes da coordenação e educadores do Projeto Iberê nas Escolas.

Um dos elementos que baliza a regulamentação das ocupações é o CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. O CBO determina as atribuições da profissão, nível de competência (diz respeito ao nível de escolarização e capacitação) e domínio de competência (diz respeito à complexidade do trabalho). Os termos mediadores culturais ou educadores de museu não estão presentes na CBO. A ausência das nomenclaturas impede a atribuição de tal função na Carteira de Trabalho, assim como não define as atribuições, formação profissional e complexidades do trabalho de maneira objetiva.

A ausência de definições configura um cenário amplo e amorfo propício à exploração trabalhista e negações de direitos. A informalidade vira norma, já que não há uma obrigação legal específica que baliza os regimes de trabalho dos educadores dentro das instituições culturais. Silva (2017) informa, em sua pesquisa, que o trabalho em mediação cultural não é precarizado, mas possui uma condição de precariedade. A diferenciação na escrita aponta a forma frágil como está colocado o trabalho de mediação cultural dentro da regulamentação brasileira de trabalho. Um trabalho que nunca teve regulamentação, ou seja, nunca teve garantias legais, ao vivenciar condições adversas, não tem perda de direitos, uma vez que nunca os teve. Tem, então, o aprofundamento das condições de seu trabalho, precário.

Dentro deste contexto as trabalhadoras de museus, mesmo sendo as principais responsáveis pelo diálogo com o público e conseqüentemente, responsáveis pela imagem e execução do discurso institucional através de seu trabalho, possuem frágeis regimes de trabalho, sem direito à uma regulamentação.

“Na pergunta 3, "um lugar habitado pelo corpo em 2020", eu desenhei um bonequinho no deserto. Porque acho que é uma imagem que representa dois lugares. O primeiro é o do desalento, porque no primeiro ano entre março e setembro de 2020 eu não tive possibilidade do home office. Parei de trabalhar. Como eu não era contratada CLT, era outra forma de contratação, não estava mais na instituição. Então percebi aquele período de 6 meses como de desalento, a gente fica desempregada. E também esse corpinho nesse deserto representa solidão, porque depois no momento de volta ao trabalho presencial, como a gente trabalhava por escala, eu trabalhava sozinha na exposição.(...) *Um lugar habitado pelo meu corpo nesse período da pandemia foram esses dois: da solidão e do desalento.*”
(Aline)

Aline explica muito bem como a imagem de uma ilha representa o lugar em que ela esteve ao longo da pandemia em 2020. Com águas ao redor, poucos recursos, isolada de outras pessoas. As palavras utilizadas também carregam uma tensão forte para a condição de isolamento, solidão e desalento. A dificuldade das participantes em classificarem as

perdas de vínculo como demissões chama a atenção. A dificuldade de classificar a perda desse vínculo pode se dar em razão, justamente, da dificuldade de reconhecer o trabalho de mediação como um vínculo empregatício não regulamentado, ou ainda, de um possível receio de reconhecer as instituições como sujeitas ativas que optaram pela escolha da demissão.

Pro meu sentimento eu criei uma palavra "**raivosamentealiviada**". Então eu sentia raiva e alívio, tudo ao mesmo tempo. **Alívio de tá viva, alívio de tá empregada, mas raiva de isso tá acontecendo, raiva da precarização que fica mais explícita ainda.** Enfim, foi isso: Raiva e alívio. (Eloísa, grifos nossos)

O relato de Eloísa é uma resposta à pergunta que solicitava um sentimento associado ao trabalho em mediação cultural em 2020. Se em um contexto de precarização ter um emprego com condições empobrecedoras dão raiva, também gera um alívio, afinal, possui um emprego, ao contrário de outros colegas.

A postura institucional frente à pandemia evidencia uma hipocrisia das instituições que não conseguem organizar-se e definir estratégias para a manutenção econômica, não priorizando suas equipes. Nas formas de organização interna dos museus com funcionários vinculados via MEI ou terceirizados –grande parte dos casos-, permite que as instituições não se responsabilizem enquanto empregadoras, novamente utilizando-se das brechas para gerir as ações internas durante o período de isolamento social. Fato este que coloca em elucidação temáticas como a valorização da vida, precarização do trabalho, apontando e evidenciando a fragilidade do trabalho na cultura. A instituição cultural mostra, por meio de seus gestores, sua incapacidade de estar alheia à política neoliberal. Promovendo ações de coação, mantém e reforça seu teor antidemocrático, ao mesmo tempo em que delega aos funcionários a responsabilidade para com a instituição.

O neoliberalismo, como uma atualização do capitalismo financeirizado (LAZZARATO, 2017), muda nossas relações com o mundo, seja na forma como percebemos o coletivo, o Estado ou as leis, até a maneira como estabelecemos relações consigo mesmo. A política de subjetivação neoliberal atua dentro da sociedade através de suas inúmeras formas de apropriação da força vital.

Como uma das características do neoliberalismo, o paradoxo entre liberdade e produção erige-se como uma máxima dentro do trabalho. Na medida em que os sujeitos se veem livres para escolher onde, como e quando trabalhar, mas ao mesmo tempo, se limitam as possibilidades de intervenção nos espaços de trabalho gerando uma relação de adaptação, ou aceitação, ou também, se dobram à realidade que se apresenta.

Eu botei que meu corpo se curvou.(...) a gente fica meio curvado no computador, mas também é o curvar-se em relação a algumas situações negativas que às vezes o processo de retomar o trabalho presencial provoca. Algumas tensões, eu diria, que são próprias de algumas instituições. Então tem a ver com essa curva assim, que **às vezes a gente não tem condições de se manter reto e a gente acaba se curvando.**
(Aline) (grifos nossos)

Os trabalhadores da área da cultura encontram-se encurralados na conjuntura: trabalhar e colocar suas vidas em risco diante a desconhecida pandemia e pagar suas contas, ou preservar sua vida e manter o isolamento social sem as condições financeiras mínimas para a sobrevivência.

O dever de produtividade está implícito, oculto e visível, ao mesmo tempo. O controle se coloca como uma ameaça por trás dos fatos e discursos assumidos pela instituição e não confirmados verbalmente em um diálogo aberto sobre o que se espera da equipe, submetendo os sujeitos ao dever de produção ilimitada. Como não há parâmetros estabelecidos do que se espera da equipe, também não há trabalho produzido que baste. A responsabilidade é individual e nada mais garante sua permanência. Ao mediador cabe a produção e a avaliação - sempre insuficiente – de seu trabalho, mesmo que esteja vinculado a uma instituição.

Han confirma que, ainda que não estejamos mais na sociedade disciplinar Foucaultiana, o dever está instalado na sociedade como uma maneira de administração do poder. Ainda vivemos estruturas disciplinadoras - frutos de processos históricos culturais de exploração, meritocráticos, escravocratas. O que diferencia a forma como o dever está gerido dentro da sociedade de produção é a forma como circula entre as estruturas: deixa de ser o dever negativo, do não poder, da contenção do sujeito, e passa a ser o dever positivo, que tudo quer e tudo pode. Por trás dos discursos, não está mais o “você deve” moralizante e disciplinador para o “sim, você pode”, não menos dominador.

Se tudo é possível, nada é impossível. Se tudo podemos, não há nada que não possa ser feito, dominado, produzido. Se posso tudo, devo ser invencível. O imperativo do desempenho nada mais é do que o mandato da sociedade pós-moderna do trabalho (HAN, 2017). A servidão ao imperativo de produção é uma falsa promessa de liberdade ao sujeito. O uso de frases como a citada acima reforça o pensamento meritocrático que se omite das desigualdades sociais reproduzindo um discurso que responsabiliza o sujeito de seu sucesso ou fracasso.

Na sociedade do desempenho o sujeito não está fixo à uma instância externa de domínio, mas não significa que esteja livre.

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. (...) **A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam.** Assim, o sujeito de desempenho se entrega à *liberdade coercitiva* ou à *livre coerção* de maximizar o desempenho. (HAN, 2017, p. 29-30) (grifos nossos)

O eixo liberdade-coação pode ser identificado no fragmento de memória narrado anteriormente, onde o poder institucional é exercido para a dominação, mas quem detém do poder de decisão sobre o trabalho – ou a ideia de decisão- é o mediador. Cabe, aqui, problematizar as noções de soberania apontadas por Han. O conceito do poder soberano tratado dentro do contexto da sociedade de produção apostado por Han busca sair de um local fixo e representativo de poder. Não é um poder localizado em um sujeito que domina, que exerce a outrem a submissão. O autor considera que a ausência de um soberano descaracteriza a própria condição de sujeito, cuja palavra em sua raiz significa “estar sujeito a algo” (*subject to*). Acrescenta ainda, que a falta do soberano transforma o indivíduo em um projeto, em não mais em sujeito. “Ele se positiva, liberta-se para um projeto. A mudança de sujeito para projeto, porém, não suprime as coações. (...) que se apresenta como liberdade.” (HAN, 2019, p.101).

No entanto, é possível considerar que a ausência do soberano, tais nos termos tratados por Han, estes dão conta das estruturas de poder que operam dentro das instituições culturais? Não é possível afirmar que a instituição cultural não possui um papel de poder vertical sobre seus mediadores, principalmente considerando a fragilidade de seus vínculos empregatícios. Nesse sentido, o jogo de coerção se estabelece: as instituições omitem-se das responsabilidades e assumem uma posição tirânica. Cabe dizer que não reconhecer o poder institucional com os mediadores seria diminuir as opressões de uma sociedade de controle que ainda opera sobre os programas educativos e seus mediadores. Tal leitura poderia nos levar a constatação do problema que apazigua as tensões institucionais e reforça o pensamento meritocrático neoliberal. É possível pensar em liberdade dentro da mediação cultural institucionalizada?

A liberdade, conforme apontado anteriormente, é tratada por Han como uma promessa que está sempre no horizonte, mas nunca é alcançada em sua plenitude. A liberdade é um argumento da sociedade neoliberal para a condução do sujeito a seu nível de projeto – do indivíduo empreendedor de si. Essa ideia-modelo se materializa nas relações de

trabalho, nos projetos de vida, nos aparatos jurídicos e reformas trabalhistas. A ideia do poder ilimitado promovido pelo neoliberalismo atinge a todos os sujeitos, que independente das desigualdades sociais, buscam atingir o princípio da liberdade. Ser livre, no capitalismo, é possuir capital. Os trabalhadores da cultura, em sua maioria MEI's, estagiários ou contratados temporariamente, não possuem condições jurídicas que lhe assegurem o espaço adequado – se é que existe um espaço suficientemente adequado dentro das instituições - para poder exercer o princípio da liberdade defendida por Han. A máxima da liberdade irá ter níveis de eficácia entre os sujeitos, a depender de quão frágeis são suas posições de poder entre os seus correspondentes.

As formas de negociação se dão de maneiras desiguais, conforme as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos. Da mesma maneira, se seguem o que é possível ser aceito e realizado na relação institucional.

(...) sensação muito chata desse trabalho intermitente. Chegou um ponto onde se rompeu com essa barreira onde tu não trabalhar das 9h às 18h. Tu pode trabalhar das 6h até as 8h, 9h, da noite. (...) A gente rompeu determinadas barreiras, começaram a surgir abusos em limites estabelecidos e essa repetição muito com isso. (Gabriel)

Gabriel enumera algumas experiências do trabalho de mediação online. As configurações do trabalho online atravessam os limites previamente organizados no presencial, dificultando o respeito às normas e regimes de trabalho que anteriormente estavam fixos. O controle se torna um mecanismo de garantir que o mediador está realizando suas tarefas, e as maneiras como este se dá são várias.

O som que eu mais ouvi foi o do meu próprio nome. Porque, com essa coisa de home office, eles (a instituição) não tinham muito controle do tempo que a gente tava trabalhando. Então eles fizeram a gente instalar um aplicativo de ponto no celular que a gente bate ponto quatro vezes por dia, onde a gente fala o próprio nome, ativa a localização e tira um selfie. Então assim... ridículo, ridículo. Espero muito depois poder ter acesso a esse registro pra depois poder fazer um trabalho, porque assim, é bizarro. Então quatro vezes por dia eu tava lá: Eloísa, e uma selfie. (Eloísa)

O trabalho em *home office* configura não apenas o modo de trabalho, mas os meios de verificação e controle dos mediadores. Esta forma de controle, que parece facilitar para as empresas o domínio sobre a presença do funcionário, pode ser lida como parte do que Han (2019) conceitua como ferramenta da era da psicopolítica digital, uma vez que parte participa de um controle ativo do sujeito, reforçando a crise da liberdade. O telefone celular aparece nas relações como um objeto que nutre uma participação ativa dos sujeitos de maneira espontânea. No entanto, a forma como é organizada, através da inteligência da internet e

seus funcionamentos próprios, gera um nível de domínio subjetivo do indivíduo. Desta maneira transforma a forma como os dados são coletados, como uma submissão voluntária.

A partir das relações estabelecidas entre instituição e mediadores, a cada um – como indivíduo dono de si- cabe decidir o que é possível, o que é possível sustentar. Curvar-se, deitar-se ou manter-se de pé e talvez ir embora das instituições. O possível é o que está em negociação, o grande trunfo do capitalismo. O possível é negociado através do poder, nunca em condições iguais, embora possua tal verniz. Para Han (2019) o sujeito da sociedade do desempenho pode tudo, para ele nada é impossível, pois todos os limites são criados por ele mesmo, ou seja, a superação de si - empreender a si - é o novo imperativo, e quem não alcançar esta meta fica à margem da sociedade.

Para Rolnik (2018), o processo de dominação do sujeito é através das lógicas de apropriação da força vital, que entende como potência de criação. Assim, é através da própria vida e de sua força criadora que o capital se apropria, domina, reprime. Identifica nas formas de coerção do sujeito uma maneira de formar uma inconsciente coletivo de dominação, conceituado como insciente-colonial-capitalístico.

A máxima da liberdade instala-se como uma ferramenta de ilusão para o sujeito produzindo uma servidão “tomada pelo capital para sua própria multiplicação” (HAN, 2019). Enquanto competimos uns com os outros é o próprio capital que se reproduz, porque enquanto se compete se busca a superação de si e do outro, essa produção excessiva, sobre-humana, que toma a vida reproduz capital. Então, a liberdade, nada mais é, do que uma forma do capital gerar mais capital. Nesse sentido, quais as opções realmente à disposição dos mediadores culturais?

Referências

BALBI, Clara. Masp demite 21 funcionários em meio à pandemia do novo coronavírus. Folha de São Paulo, 18 de jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/masp-demite-21-funcionarios-em-meio-a-pandemia-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BARRIOS, Ciro; DOMENICI, Thiago; SILVA, José Cícero da. À espera do auxílio emergencial: “a gente vai ficando sem ter o que comer em casa”. Pública, 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/a-espera-do-auxilio-emergencial-a-gente-vai-ficando-sem-ter-o-que-comer-em-casa/> Acesso em: 13 de dez. 2020.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. São Paulo: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas do poder. São Paulo: Âyiné, 2019.

HONORATO, Cayo. Mediação Extrainstitucional. Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v.3, n.6. Brasília: Março-abril/2015.

LAZZARATO, Maurizio. O governo do homem endividado. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LOPONTE, Luciana. Da arte docência e inquietações contemporâneas para a pesquisa em educação. Revista Teias (UERJ) v. 14 n. 31, 2013 Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24325/17303> Acessado em 05 de mai. de 2022.

MONTERO, Javier Rodrigo. Experiências de mediação crítica e trabalho em rede nos museus: das políticas de acesso às políticas em rede. São Paulo: Periódico Permanente, n. 6, fev. 2016.

MORSCH, Carmen. Lo común dissensual:: producción de saberes críticos en exposiciones. Errata, Bogotá, v. 16, n. 16, jul. 2016. p 18 a 23.

ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SILVA, Cíntia Maria da. Mediação Cultural: profissionalização e precarização das condições de trabalho. 2017. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes, Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, São Paulo, 2017.

SIMÕES, Igor. Educativo Bienal 12. In: FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTES VISUAIS DO MERCOSUL (Org.). Feminino(s): Visualidades, Ações e Afetos – Catálogo Geral da Bienal 12 do Mercosul. Porto Alegre: Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, 2020. Disponível em https://www.bienalmercosul.art.br/files/ugd/ae5dfe_d622ffbee4e24c2188de308b1ef3f404.pdf Acesso em: 05 mai. 2022.

UNESCO. Unesco Report: Museums around the World in the Face of Covid-19. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations (UNESCO), maio de 2020. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373530> . Acesso em: 15 nov 2020.